

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

# EDITAL DE LICITAÇÃO

Carta - Convite nº. 2016.03.23.01

Processo nº 2016.03.23.01 Data da emissão: 23/03/2016

Data da licitação: 05/04/2016 - Hora da licitação: 09:00h

Tipo da licitação: menor preço

Unidade Gestora: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca Regime de Execução: indireta, empreitada por preço global.

**Dotação orçamentária:** 07 01 20 608 0035 2.085 **Elementos de Despesas:** 3.3.90.36.00 / 3.3.90.39.00.

Fonte de Recursos: Erário Municipal.

A Prefeitura Municipal de Capistrano, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que, na data e horário acima previstos, em sua sala na Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – centro, Capistrano - Ceara, fará realizar licitação, na modalidade Carta – Convite, no tipo supracitado, para atendimento ao objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste edital de Carta - Convite, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações posteriores e leis especiais.

#### 1.0 DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA,

1.2 - Integram esta Carta – Convite, independente de transcrição:

Anexo I – Modelo de Declaração:

Anexo II - Proposta de Preços Padronizada;

Anexo III- Minuta de Contrato

# 2.0 DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Restrições de participação:

- 2.1.1 Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2.1.2 Não poderá participar empresa com falência decretada;
- 2.1.3 Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;
- 2.1.4 Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.
- 2.2 Das condições de participação:

Y





Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



- 2.2.1- Poderá participar do presente certame licitatório pessoa física ou jurídica constituída como ME e/ou EPP, conforme estabelece o art. 48, I da LC nº.147/2014, devidamente cadastrada na prefeitura ou não cadastrada, que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento conforme art. 22, observada a necessária qualificação e Decisão 705/1994 Plenário do TCU;
- 2.2.2 A manifestação de interesse deverá ser feita formalmente junto a Comissão de Licitação, não sendo admitida manifestação de interesse por fax, email ou qualquer tipo de mídia eletrônica;

### 3.0 - DA HABILITAÇÃO

- 3.1 Com base no Parágrafo 1º do Art. 32 da Lei Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, exigirão para os interessados se habilitarem neste CONVITE apenas à documentação que segue abaixo:
- 3.1.1 PARA OS CADASTRADOS:
- 3.1.2 CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL EMITIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO.
- 3.1.3 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.
- 3.1.4 Certidão Conjunta Negativa de Débitos, referente à Quitação de Tributos e Contribuições Federais, a qual abrange inclusive, as Contribuições Sociais previstas na Lei Federal Nº 8212/1991, conforme Portaria MF Nº 358 de 5 de Setembro de 2014, ou equivalente, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.
- 3.1.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do <u>Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-</u>Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 3.1.6 Declaração conforme anexo I.
- 3.1.7 Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Capistrano/Ce, emitida até 24 (vinte e quatro) horas antes da apresentação dos envelopes conforme data indicada no preâmbulo deste edital.

#### 3.2 - PARA OS NÃO CADASTRADOS:

- 3.2.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.
- 3.2.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos, referente à Quitação de Tributos e Contribuições Federais, a qual abrange inclusive, as Contribuições Sociais previstas na

X



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n - Centro -CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

Lei Federal Nº 8212/1991, conforme Portaria MF Nº 358 de 5 de Setembro de 20 equivalente, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.

- 3.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembléia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 3.2.4 Documentos de identificação dos sócios e representante legal da empresa;
- 3.2.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.
- 3.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 3.2.7 Declaração conforme anexo I.
- 3.2.8 Atestado de desempenho anterior fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado (com firma reconhecida), comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividade compatível em características com objeto da licitação. acompanhada dos documentos fiscais que comprove que o licitante esteja realizando ou tenha realizado serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.
- 3.2.9 Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Capistrano/Ce, emitida até 24 (vinte e quatro) horas antes da apresentação dos envelopes conforme data indicada no preâmbulo deste edital.

#### 3.3 - Pessoa Física

- I Cédula de identidade do proponente.
- II CPF do proponente.
- III Comprovante de endereço.
- IV Declaração conforme anexo I
- 3.4. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo de validade em vigor na data marcada para o recebimento dos envelopes e deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou servidor.
- 3.4.1 Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, o Presidente da Comissão poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta via Internet.
- 3.4.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta tenha alguma restrição.
- 3.4.3 Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Comissão Permanente



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme exigência da Lei Complementar nº 147/2014, art. 43, inciso I.

3.4.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.4.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Comissão Permanente de Licitação convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do Contrato.

3.5 – Os documentos acima deverão ser entregue em envelope lacrado, distinto do da proposta, tendo no seu frontispício os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO CARTA CONVITE Nº 2016.03.23.01 ENVELOPE "A" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NOME DO PROPONENTE:

### 4.0 DA PROPOSTA DE PREÇO

- 4.1 O prazo de validade da proposta de preços, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.2 O preço unitário e total deverá ser cotado em moeda corrente nacional, expresso em algarismo e pôr extenso. Em caso de divergência entre valores, prevalecerá aquele indicado pôr extenso.
- 4.3 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece o Estatuto da Licitação Pública.
- 4.4 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 4.5 Não serão admitidos preços ofertados a nível simbólico, irrisório ou igual ao valor zero.
- 4.6 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, ou ainda, apresentem preços manifestamente inexequíveis.
- 4.7- A proposta de preços deverá ser entregue à CPL assinada pelo representante legal e rubricada em todos os papéis componentes da mesma, em envelope fechado e lacrado, o qual conterá as seguintes indicações:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO CARTA – CONVITE N° 2016.03.23.01 ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS NOME DO PROPONENTE: 5.0 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1- A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço global, conforme inciso I, §  $1^{\circ}$ , do art. 45 da Lei de Licitações.

# 6.0 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

X



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

6.1 - A presente Licitação na modalidade Carta – Convite, será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2 - Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos.

6.3 - Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

6.4 - É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

6.5 - Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.

6.6 - O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação, e a proposta de preço será realizado simultaneamente no dia, hora e local previstos neste Edital

6.7 - Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, "B" "PROPOSTA DE PREÇOS", proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação.

6.8 - Em seguida será dado vistas dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam, se quiserem, ao exame e se utilizem das faculdades outras previstas na Lei.

6.9 - Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes- proposta de preços lacrados.

6.10 - Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.

6.11 - Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

6.12 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

# 7.0 DA ADJUDICAÇÃO

7.1 - A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal.

#### 8.0 DO CONTRATO

8.1 - Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora.

M



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n - Centro - 62748-009

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

8.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

8.3 - Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seu anexo, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

8.4 - O prazo de convocação a que se refere o subitem 8.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93.

### 9.0 - DAS OBRIGAÇÕES - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Prestar os serviços conforme exigência da carta convite nº 2016.03.23.01, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.
- 9.2 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Contratante;
- 9.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 9.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

### 10.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.
- 10.2 Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos
- 10.3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 10.4 Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

# 11.0 DA DURAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até **31 de Dezembro de 2016**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

# 12.0 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

X



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

12.1- Irreajustável.

#### 13.0 DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de chegue nominal ou transferência bancária à Contratada mediante a apresentação das Notas Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente de acordo com as exigências administrativas em vigor;

13.2 - Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados

### 14.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

14.1.1- advertência:

14.1.2- multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago mensalmente à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) De 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual.

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontados "ex-officio" da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura Municipal de Capistrano, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

14.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pôr prazo não superior a 02 anos.

14.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de, no mínimo, 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação.

#### 15.0 DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15.2 - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei  $n^2$  8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos  $1^\circ$  a  $4^\circ$ , da Lei citada.

#### 16.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

16.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Prefeitura Municipal.

16.3 - Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal de Capistrano e encaminhados à Comissão de Licitação.

\$



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

# 17.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, serão consignadas na dotação orçamentária nº 07 01 20 608 0035 2.085; Elemento de Despesa nº 3.3.90.36.00/3.3.90.39.00 - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca - Recursos oriundos do erário Municipal.

### 18.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada pôr conveniência da Administração, pôr decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

18.2 – É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Capistrano, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Capistrano, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

18.3 – A homologação da presente Licitação será feita pela autoridade competente, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666 de junho de 1993.

18.4 – A CPL poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o inicio da licitação.

18.5 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com relação a este Edital e seu anexo serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

18.6 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Capistrano, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

Capistrano (Ce), 23 de Março de 2016.

Henrique Andrade da Costa
Presidente da Comissão de Licitação



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

# ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROPONENTE REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE (Assinatura e Carimbo)





Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

# ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Capistrano.

Tendo examinado as condições do Convite nº 2016.03.23.01 e dos anexos que o integram, para execução do mencionado serviço nós abaixo assinados propomos executar e concluir os serviços previstos no mencionado convite.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
01	CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL, com no mínimo: 01 tecladista e 01 vocalista com repertório variado PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, conforme especificações abaixo:		
	Os serviços, acima especificados, deverão ser realizados todas as sextas - feiras, com duração de 4 (quatro) horas.		

realizad	os todas as sextas - feiras, o) horas.		
VALC	R GLOBAL – R\$	(	).
PRAZ	O DE VALIDADE DA PRO	POSTA – 60 (sessenta	ı) dias;
PRAZ	O DE EXECUÇÃO DOS SI	ERVIÇOS - 09 (nove)	meses;
convite, e se res	ssim, declaramos que subn ponsabiliza por todos os en ive acidente do trabalho.	nete a todas as exigêno cargos trabalhistas, pr	cias constantes do evidenciário e demais
Atenc	iosamente,	*	
((	Ce), 05 de Abril de 2016.		
	Assinatura d	lo Proponente	





Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

#### **ANEXO III - MINUTA CONTRATUAL**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO, E PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município de Capistrano, através da Secretaria de
Agricultura, Pecuária e Pesca, com sede à Praça Major José Estelita de Aguiar s/n -
Centro, Estado do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.063.589/0001-16, neste ato
representado pelo Secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca, Sr. José Andrade
Gonçalves Costa, denominado simplesmente CONTRATANTE
e, com sede em, na Rua
, nºinscrita no CNPJ/CPF sob o nº
representada por, doravante
denominado, CONTRATADO(A), resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de
processo licitatório, na modalidade Carta - Convite, regime de execução indireta,
empreitada por preço global e em conformidade com as disposições contidas na lei no
8.666/93 atualizada pela lei nº 9.648/98, e mediante as cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta - Convite nº
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta - Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta - Convite nº
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
<ul> <li>1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.</li> <li>CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL</li> </ul>
<ul> <li>1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.</li> <li>CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL</li> <li>2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO</li> </ul>
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL 2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE
<ul> <li>1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.</li> <li>CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL</li> <li>2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO</li> </ul>
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta — Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  CLÁUSULA SEGUNDA — DO OBJETO CONTRATUAL 2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL 2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.  CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL 2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.  CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 - O valor global do Contrato importa a quantia de R\$
1.1 - O presente Contrato tem como fundamento a Carta – Convite nº 2016.03.23.01, devidamente homologado, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL 2.1 - O presente contrato tem pôr objeto a CONTRATAÇÃO DE UM GRUPO MUSICAL PARA ANIMAR A FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA.  CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

4.1- Irreajustável.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1 - O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura ate 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei  $n^{\circ}$  8.666/93 e suas alterações posteriores.

N



Praca Major José Estelita de Aguiar s/n - Centro

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

5.2 - O prazo da execução dos serviços é 09 (nove) meses a contar da ordem de serviço.

# CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais. acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco pôr cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado mensalmente, através de chegue nominal ou transferência bancária à Contratada mediante a apresentação das Fiscais/Recibos, devidamente atestadas pelo Setor Competente, de acordo com as exigências administrativas em vigor;
- 7.2 Serão descontados sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

# CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Prestar os serviços conforme exigência da carta convite nº 2016.03.23.01, deste Termo Contratual e da proposta Contratada.
- 8.2 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Contratante:
- 8.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações:
- 8.4 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto até o limite fixado no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

# CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1 A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.
- 9.2 Fiscalizar e verificar se os serviços estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.
- 9.3 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com os servicos prestados, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas
- 9.4 Providenciar os pagamentos à CONTRATADA mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor, serão consignadas na dotação orçamentária nº 07 01 20 608 0035 2.085 - Elemento de



Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 626 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br

6.00/3.3.90.39.00 - Secretaria de Agricultura. Pecuária e Pesca

Despesa nº 3.3.90.36.00/3.3.90.39.00 - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, com recursos provenientes do erário municipal.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções.
11.1.1-Advertência.

11.1.2-Multa:

- a) De 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor a ser pago à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;
- b) De 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual; e
- c) Os valores das multas referidas neste item serão descontadas "ex-officio" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura de Capistrano, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 11.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pôr prazo não superior a 02 anos.
- 11.1.4 Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.1 O presente instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei  $n^{\circ}$  8.666/93.
- 12.2 Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei  $n^{\circ}$  8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, §§  $1^{\circ}$  a  $4^{\circ}$ , da Lei citada.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1 Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 13.2 Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente.
- 13.3 Os recursos deverão ser protocolados e encaminhados à Comissão de Licitação.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Capistrano, para dirimir as questões relacionadas com a execução deste contrato não resolvida pelos meios administrativos.

E, estando acerta	idos, assin	am o pres	sente	Instrumento,	em 02 (duas)	vias perante du	as
testemunhas que	também o	assinam	, para	que produza	seus jurídicos	s e legais efeitos	S.
Capistrano (Ce),	de	de	2016			=	





Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000 CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



# MUNICÍPIO DE CAPISTRANO Secretário Municipal CONTRATANTE

CONTRATADO (A)

resteriumas.	
01	
NOME:	
CPF:	
02	
NOME:	
CDE.	

